

## **Memória da reunião conjunta das Comissões Executivas do PPCDAm e PPCerrado**

---

**Data/horário:** 03 de junho de 2016, das 14h às 18h.

**Local:** Ministério do Meio Ambiente, Esplanada dos Ministérios, 8º andar.

**Condução da reunião:** Dra. Thelma Krug, Diretora DPCD/MMA

**Elaboração da memória:** Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado (DPCD/MMA)

**Participantes:** Lista de presença em anexo.

### **Assuntos tratados:**

#### **1. Abertura (Diretora Thelma Krug)**

- A reunião teve início com a fala da Dra. Thelma Krug, diretora do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento (DPCD/MMA). Thelma ressaltou que o encontro tinha o intuito de retomar as reuniões das comissões, compartilhar a atual situação dos planos e discutir os novos rumos. Na sequência os participantes se apresentaram.
- A diretora apresentou o contexto geral dos planos, especialmente sua vinculação à Política Nacional sobre Mudança do Clima e os avanços com relação às metas voluntárias de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) e do desmatamento até 2020.
- Para a Amazônia destacou as quedas contundentes do desmatamento na última década e que o desafio será reduzir e manter baixo os níveis de desmatamento. A meta para o bioma (3925 km<sup>2</sup> em 2020) está bem próxima de ser atingida, mas as taxas têm oscilado entre 5 a 6 mil km<sup>2</sup> anuais nos últimos 4 anos.
- No Cerrado, os últimos dados, de 2011, já apontavam para o atingimento da meta de redução de 40% com relação à linha de base e o TerraClass Cerrado 2013 aponta para um remanescente de 54% de vegetação nativa, no entanto o bioma sofre grande pressão do setor do agronegócio além de ter menor proteção legal prevista no código florestal. Thelma ressaltou os novos esforços de monitoramento do Cerrado e informou que a partir deste ano o bioma contará com dados anuais além de uma série histórica, que também ser útil para negociações internacionais e pagamentos por resultados de redução de emissões de GEE.
- Foi pontuada a relevância do Cadastro Ambiental Rural para o avanço dos planos de combate ao desmatamento nos seus três eixos de ação: Monitoramento e Controle, Ordenamento Fundiário e Territorial e Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis.
- Por fim, a diretora discorreu sobre as contribuições pretendidas (iNDC) que o Brasil apresentou para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Paris, com metas ambiciosas que incluem zerar o desmatamento ilegal até 2030, e apontou os planos de ação como instrumentos-chave para seguirmos neste rumo.

### 1.1 Considerações da Plenária

- [MIntegração]: indagou se as ações dos planos estavam relacionadas à bacias hidrográficas, pontuando a importância da recuperação e preservação.  
  
[MMA]: esclareceu que foco dos planos é a prevenção e o controle do desmatamento e os planos tem distintas abordagens territoriais, como os municípios prioritários, regiões alvo e as categorias fundiárias (Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos, terras públicas, áreas privadas). No entanto a construção da nova fase dos planos está iniciando e a questão de abordagem espacial será rediscutida.
- [SFB/MMA]: lembrou de projetos apoiados pelo MMA para o reflorestamento e recuperação e da existência de programas como o “Produtor de Águas”, mas que não estão necessariamente vinculados ao plano.
- [MME]: adicionou que existe um MacroZee da bacia do São Francisco, por exemplo, e que o MME irá lançar um diagnóstico de todas as pequenas minerações até a metade do ano de 2017, que poderá ser útil para o planejamento no âmbito dos planos.
- [SPI/MPOG]: Entrevistado solicitando que o grupo focasse as discussões na nova construção dos planos, uma vez que o combate ao desmatamento tem interface com muitas políticas, mas que não era o momento para aprofundar em questões específicas.

## 2. Apresentação dos balanços do PPCDAm (2012-2015) e PPCerrado (2014-2015)

- Gabriel Lui, gerente dos Planos de Ação para o Combate ao Desmatamento, do MMA, fez a apresentação dos balanços de ambos os planos, incluindo análises dos dados de desmatamento, considerações sobre a estrutura de governança e uma proposta conceitual para elaboração das próximas fases.
- Em um dos destaques, Gabriel alertou para o aumento da contribuição dos grandes polígonos (100 a 500 hectares) no cômputo geral do desmatamento da Amazônia. Esta categoria de polígonos aumentou de 15 para 22 % sua participação no último ano, padrão similar ao de 2008, colocando em questão se há uma percepção de redução do risco por parte dos desmatadores.
- No Cerrado, o destaque foi a região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) onde estão concentrados os maiores remanescentes de vegetação nativa e a maior pressão por terras para expansão agropecuária. No Cerrado, mais de 90% do desmatamento recai sobre áreas privadas ou de propriedade desconhecida, ao contrário da Amazônia, cujas áreas desmatadas estão mais distribuídas entre as diferentes categorias fundiárias, especialmente terras públicas federais não destinadas, assentamentos e áreas privadas.

### 2.1 Considerações da plenária

- [SFB]: argumentou sobre as hipóteses acerca do aumento de grandes desmatamentos na Amazônia, apontando o sul do Amazonas e o norte de Rondônia como áreas de avanço da fronteira agrícola, onde falta regularização fundiária e a terra é barata, a pecuária é de

baixa tecnologia e produtividade. Pontuou que é preciso fortalecer ações de inteligência e que ainda há fraudes nos sistemas de autorização de supressão, manejo e transporte.

Um conjunto de hipóteses foi levantado, que podem ter relação com os dados apresentados. Foi lembrado que o estado de Mato Grosso emitiu autorizações provisórias de desmatamento, que embora tenham sido emitidas após o fechamento do “ano PRODES”, especula-se que a expectativa gerada já possa ter tido efeito negativo. Outra questão foi sobre a possibilidade de extensão do prazo para o registro no CAR, que diretamente não teria efeito, mas que a percepção de impunidade pré-inscrição pode ter contribuído.

- [FUNAI]: Sobre a falta de regularização fundiária, ressaltou que Terras Indígenas regularizadas também vêm sofrendo com o desmatamento ilegal, especialmente o corte seletivo e que é preciso fortalecer as ações de inteligência e controle. Destacou que em alguns casos os indígenas são cooptados a fazer parte da cadeia do desmatamento pois muitas vezes a tentação ao ilícito chega mais rápido do que as políticas públicas.
- [Censipam]: Retomou o objetivo da reunião no sentido de que esta discussão mais ampla sobre as causas, as ações prioritárias, devem estar previstas nas próximas etapas da revisão dos planos. Ressaltou que as ações de inteligência têm muita importância, mas não se pode esquecer dos outros eixos e que as ações de fomento precisam ser fortalecidas. Lembrou da existência do GGI-MA (Gabinete de Gestão Integrada para Meio Ambiente) e questionou se este tem funcionado como instância de inteligência.
- [MMA]: Sobre a região da fronteira entre Amazonas, Rondônia e Acre, esta foi uma das áreas consideradas prioritárias pela terceira fase do PPCDAm e foi alvo de muitos esforços conjuntos, especialmente regularização fundiária, CAR e fiscalização, ainda assim tivemos aumento do desmatamento, fato que ainda tem de ser melhor entendido.
- [SPI/MPOG]: Comentou sobre o alto índice de ações não cumpridas nos planos recém finalizados (mais de 40% se considerar as não cumpridas e parcialmente cumpridas), sugerindo que se deva prezar pelo foco e a redução do número de ações. Concluiu que a forma de coordenação do processo de elaboração dos planos influencia nisso e a função de coordenação será muito importante.
- [MMA]: Comentou que uma das alterações previstas é a revisão do modelo de governança, o que poderia reduzir o número de órgãos federais com participação no plano. Comentou sobre o GPTI, que por decreto é a maior instância dos planos, mas que na prática não tem sentido em existir, pois trata-se de um grupo com a presença de ministros ou, no mínimo, secretários executivos, que se reuniu no início da elaboração do PPCDAm, quando o desmatamento era uma emergência nacional, com níveis superiores a 20 mil km<sup>2</sup>.
- [MMA]: Lembrou que a CONACER, que ganhou papel de instância consultiva do PPCerrado, deve ter sua representação revista. As comissões executivas podem ser integradas uma vez que a maioria dos órgãos federais são comuns aos dois planos. No entanto as mudanças fazem parte das discussões que seguirão, pois existem diferenças entre os planos que devem ser consideradas. Por fim, ressaltou a proposta de criar um eixo 4, de normativos e incentivos, que poderia trazer iniciativas a exemplo da Moratória da Soja, o Decreto nº 6321/07 e da resolução Bacen nº 3545/08.

- [MF]: Citou que em resolução mais recente do Conselho Monetário Nacional, foi incluída a obrigatoriedade de apresentação do Cadastro Ambiental Rural para a concessão de crédito rural.

[IBAMA]: Frisou a importância de haver maior alinhamento das ações do PPCDAm e PPCerrado com os planos e planejamentos dos órgãos relacionados a estes. O intuito é formalizar o compromisso das instituições com as ações prioritárias para os planos. Nesse sentido destacou também que se oficialize a publicação dos planos e suas metas, por portaria, decreto ou outro instrumento formal, o mesmo se deve aplicar para as nomeações dos participantes de suas estruturas de governança.

- [CC/PR]: Indagou se a coordenação do PPCerrado também estava a cargo do MMA, pois havia a impressão de que o Decreto 7957/2013 só tratava do PPCDAm.
- [MMA]: Esclareceu que o Decreto 7957/2013 alterou a composição das comissões executivas passando a coordenação de ambos os planos ao MMA.
- [IBAMA]: Enfatizou a necessidade de trabalhar melhor a participação dos entes federados nos planos. O governo federal acaba assumindo a maior parte do ônus na prevenção e controle do desmatamento, no entanto, legalmente boa parte das responsabilidades são dos estados, mas ainda há muita dificuldade por parte destes. Reforçou também que a proposta de um “eixo 4” é muito bem vinda e pode trazer boas discussões nessa questão federativa e direcionar ações importantes.

### **3. Apresentação sobre monitoramento e indicadores:**

- O MMA apresentou uma proposta de alteração na estrutura de monitoramento dos planos, especialmente seus indicadores.
- Abordou a intenção de criar três níveis de indicadores, 1-resultado/impacto, 2-processo e 3-estrutura/insumo. De acordo com a experiência das últimas fases dos planos concluiu-se que tanto as ações quanto os resultados esperados estavam muito desnivelados entre si. Apresentou uma proposta para a ficha de validação dos indicadores e uma lista de exemplos para cada nível.
- Por fim, mostrou um primeiro exercício de comparação dos indicadores propostos com os previstos nos programas do atual PPA, que têm sinergia com os planos.
- Ao final da apresentação, foi proposto um cronograma para elaboração dos planos que foi aprovado pela plenária após algumas considerações.

#### **3.1 Considerações da plenária**

- [SPI/MPOG]: Sugeriu que o processo de revisão deveria primeiro listar as ações para depois estabelecer os indicadores;
- [MMA]: Lembrou do processo de revisão do PPCDAm em 2012, cuja lógica foi listar ações para cada causa da árvore de problemas, posteriormente derivaram-se os indicadores relacionando-os com os objetivos estratégicos. Esta lógica levou ao conjunto

de 197 atividades e 38 indicadores de resultados, dificultando o monitoramento gerencial.

- [MMA]: Considerou que seria ideal atualizar o diagnóstico com relação aos problemas que levam ao desmatamento, que passam pelas causas identificadas na árvore de problemas como necessidade de regularização fundiária, a redução da impunidade, aprimoramento dos sistemas de controle, a valorização da floresta em pé. A partir disso se poderia traçar qual seria o cenário ideal para 2020 com relação aos grandes temas, isto tem relação direta com a discussão de indicadores.
- [SPI/MPOG]: Observou que os relatórios de balanço dos planos devem orientar a construção das novas fases e acrescentou desafios como, para o PPCerrado, o que pode ser pensado para conter o desmatamento legal?
- [CC/PR]: Questionou se o cronograma proposto, culminando no lançamento dos planos em outubro, não poderia prever alguma ação mais imediata.
- [MMA]: Esclareceu que os planos são instrumentos tático-operacionais, com caráter de planejamento de médio prazo e que congrega as diversas instituições que podem contribuir na resolução da complexa rede de causas que levam ao desmatamento. Frisou ainda que as ações relacionadas ao plano, de responsabilidade de diversos órgãos federais, continuam sendo executadas. O Ibama, por exemplo, não interrompe as ações de fiscalização nesse ínterim da revisão dos planos.
- [IBAMA]: Reforçou o papel estratégico dos planos de ação e a importância de fomentar a interação entre os órgãos federais, entre estes e os entes federados e direcionar esforços e recursos. Enfatizou que as ações de inteligência fazem parte do dia a dia do Ibama que conta com as parcerias de outras instituições.
- [SPI]: Ponderou que os planos são instrumentos adequados e que se trata de um processo natural de revisão. Os três eixos são a base necessária e podem ser aprimorados. O eixo de fomento às atividades sustentáveis poderia ser mais enxuto uma vez que há bastante sobreposição com outros planos. Como exemplo citou o Programa ABC que tem muito em comum com este eixo e possui governança própria. Considerou relevante que se busque filtrar os indicadores e que o Fundo Amazônia tenha foco nas ações prioritárias dos planos.
- [MME]: Endossou a ideia de que os planos trabalhem com cenários, aprimorando o diagnóstico da situação atual e estabelecendo uma projeção da situação pretendida em 2020. Esta seria a base para a formulação dos indicadores.
- [SPI]: Recomendou à coordenação do PPCDAm e PPCerrado que busque garantir que os representantes dos órgãos presentes na reunião sejam os mesmos a participar na continuidade do processo de revisão. Acrescentou que se dê preferência para os servidores de carreira dos órgãos e justificou suas recomendações tendo em vista que são planos complexos e com horizonte de médio prazo, demandando alto grau de conhecimento das etapas e comprometimento.

#### **4. Encaminhamentos**

[MMA]: Não havendo mais inscritos, a diretora do DPCD agradeceu as intervenções e passou para os encaminhamentos, que ficaram acordados conforme a tabela abaixo:

<b>Tarefa</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
1. Enviar apresentações e memória da reunião;	DPCD	10/06
2. Contribuições aos balanços de PPCDAm e PPCerrado	Membros da Comissão Executiva	15/06
3. Realização das oficinas de revisão dos planos	DPCD	27 a 30/06
4. Elaboração dos novos planos	DPCD	04/07 a 16/09
5. Reunião das comissões Executivas	DPCD	04/08
6. Revisão dos documentos	Comissão Executiva e DPCD	19 a 30/09
7. Publicação e lançamento da nova fase dos planos	MMA	Outubro de 2016

Brasília, 10 de junho de 2016.

*Secretaria Executiva do PPCDAm e PPCerrado  
Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento Ministério  
do Meio Ambiente*